



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –
COMUDICA – IGREJINHA/RS
Criado pela Lei Municipal Nº 3389/2003**

Edital nº. 01/2018

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE IGREJINHA (COMUDICA), por meio de sua Presidente, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 139 da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente), Lei Municipal nº. 3389/2003 torna público o processo para escolha de Conselheiros Suplentes do Conselho Tutelar do município de Igrejinha - RS, com mandato de 01 (um) ano, conforme necessidade, nos termos que constam neste edital e seus anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente edital visa divulgar as normas, datas e procedimentos para o processo de escolha dos membros suplentes do Conselho Tutelar do município de Igrejinha - RS, com mandato de 01 (um) ano, conforme necessidade.

2. DO CARGO, DAS VAGAS E DO VENCIMENTO MENSAL

2.1 O presente edital trata da oferta de **vagas para suplentes de Conselheiro Tutelar do Município de Igrejinha/RS** com carga horária semanal de trabalho de 44 horas, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como a realização de outras diligências e tarefas inerentes ao órgão.

2.2 O candidato deverá comprovar os requisitos mínimos exigidos para a investidura no cargo pretendido.

2.3 A vaga, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Nº de Vagas	Carga Horária	Vencimento Mensal
Conselheiro Tutelar Suplente	Indeterminado	44h semanais mais os plantões	R\$ 2.538,46 (dois mil, quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos).

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 DAS NORMAS

3.1.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Eleitoral em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.1.2 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da Ficha de Inscrição e apresentação dos seguintes documentos:

3.1.2.1 Carteira de Identidade;

3.1.2.2 CPF;

3.1.2.3 Título de Eleitor (com comprovantes de votação ou justificativa das últimas quatro eleições ou Certidão de quitação eleitoral);

3.1.2.4 Comprovante de residência (recibo de água, luz ou telefone);

3.1.2.5 Certidões negativas cíveis e criminais que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo como réu, pela prática de infração penal, administrativa ou conduta incompatível com a função de membro do conselho tutelar;

3.1.2.6 Foto 3x4

3.1.2.7 Declaração de disponibilidade no exercício da função de conselheiro tutelar não exercendo qualquer outra atividade pública;

3.1.2.8 Declaração constando não ser agente político ou membro de executiva partidária.

3.1.2.9 Declaração de idoneidade moral;

3.1.2.10 Comprovante de ter concluído nível médio;

3.1.2.11 Certificado de reservista ou de dispensa do serviço militar obrigatório para candidatos do sexo masculino;

3.1.2.12 Os documentos descritos nos itens anteriores deverão ser apresentados no ato da inscrição, em original, acompanhados da respectiva fotocópia.

3.1.3 As inscrições ficarão abertas no período de 28 de novembro de 2018 a 07 de dezembro de 2018, horário 07h30min às 11h30min e 13h00min às 17h00min na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação (SDSH).

3.1.4 A inscrição será gratuita.

3.1.5 É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento da ficha de inscrição e a entrega da documentação exigida.

3.1.6 Não serão aceitas solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.1.7 O candidato deverá confirmar a entrega de documentação por meio do registro de cada documento entregue no requerimento de inscrição.

3.1.8 Ao concluir o registro dos documentos entregues, o candidato deverá assinar o requerimento de inscrição.

3.1.9 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal. Reserva-se a Comissão Eleitoral o direito de excluir da eleição o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.1.10 O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não efetivação.

3.2 DOS CANDIDATOS, REQUISITOS E REGISTROS DAS CANDIDATURAS

3.2.1 São requisitos mínimos para candidatar-se e exercer as funções de conselheiro tutelar suplente:

3.2.1.1 Reconhecida idoneidade moral;

3.2.1.1.2 Atestado de boa conduta

3.2.1.2 Idade mínima de 21 anos, nos termos do art. 133, inciso II, da Lei 8.069/90, até o encerramento das inscrições, nos termos do Art. 133, inciso II da Lei Federal 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA);

3.2.1.3 Residir no Município de Igrejinha/RS;

3.2.1.4 Comprovar a conclusão do ensino médio.

3.2.1.5 Ter dedicação exclusiva, vedada o exercício de qualquer outra atividade pública ou privada;

3.2.1.6 Não ser agente político ou membro de executiva partidária;

3.2.1.7 Estar em gozo de seus direitos políticos;

3.2.1.8 Estar quite com as obrigações militares os candidatos do sexo masculino.

3.2.2 Ficam impedidos de se candidatar ao cargo de Conselho Tutelar Suplente os que houverem sido condenados com sentença transitada em julgado por crimes comuns e especiais, e infrações administrativas ou crimes contra crianças e adolescentes, conforme disposto nos artigos 225 a 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como, são impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta, enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.2.2.1 Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

3.2.2.2 Os Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Igrejinha, poderão candidatar-se desde que afastem-se de suas funções, até a data de registro de candidatura.

3.2.3.1 Caso esse Conselheiro seja eleito o órgão ou entidade deverá providenciar sua substituição.

3.2.4 A inscrição dos candidatos será individual e realizada mediante apresentação de requerimento e declarações padronizadas pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.5 A comissão Especial eleitoral ficará encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 4 (quatro) dias contados da publicação, candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

3.2.6 Decorrido o prazo, será oficiado ao Ministério Público para os fins do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

3.2.7 Havendo impugnação do Ministério Público, o candidato terá igual prazo para apresentar defesa, mediante intimação através de publicação no Diário Oficial do Município.

3.2.8 Cumprindo o prazo acima, os autos serão submetidos à Comissão Especial Eleitoral para, decidir sobre o mérito, da decisão, que será publicada no órgão oficial de publicação legal do Município.

3.2.9 Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão Especial eleitoral:

3.2.10. Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

3.2.10.1 Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

3.2.11 Das decisões da comissão Especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUDICA), que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

3.2.12 Esgotada a fase recursal, a comissão Especial eleitoral fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

3.2.13 Julgadas em definitivo todas as impugnações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUDICA) publicará em Edital no órgão oficial de publicação legal do Município, a relação dos candidatos habilitados.

3.2.14 O cronograma com as datas de todas as etapas listadas anteriormente estão disponíveis no ANEXO II.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DA INSCRIÇÃO

4.1 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUDICA) disponibilizará a Prefeitura Municipal de Igrejinha/RS a relação de inscrições homologadas, para que a mesma publique em seu site, no endereço eletrônico, no link <http://www.igrejinha.rs.gov.br/> concursos públicos e em seu mural, até às 17h do dia 10 de dezembro de 2018.

4.2 Caso o nome do candidato não conste na relação de inscrições homologadas, este deverá interpor recurso até às 17h do dia 11 de dezembro de 2018, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUDICA).

5. DAS PESSOAS COM NECESSIDADE ESPECIAL

5.1 Ao candidato com necessidade especial é assegurado o direito de candidatar-se, devendo assinalar sua condição no item específico do requerimento de inscrição, bem como as condições especiais necessárias para realização da prova.

5.2 Será garantido o direito ao candidato com necessidade especial, de investidura do cargo, desde que as atribuições sejam compatíveis com a deficiência apresentada, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.870/2004 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

5.3 Será considerada pessoa com necessidade especial aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.870/2004 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

5.4 O candidato com necessidade especial deverá entregar no ato da inscrição o laudo médico especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício do cargo a que se inscreveu, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

5.5 O candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto no item 5.4, terá sua inscrição invalidada.

5.6 O candidato com necessidade especial participará desta eleição em igualdade de condições com os demais candidatos.

5.7 Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

6. DA PROVA ESCRITA E AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

6.1. A prova escrita e a avaliação psicológica serão realizadas em dia e local a serem divulgados, no ato da inscrição.

6.1.1. A prova terá caráter eliminatório, será escrita, sem consulta e será realizada da seguinte forma:

ESPECIFICAÇÕES	Nº DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO	SUBTOTAL
Conhecimentos específicos da Lei 8.069/90, ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente	10	5,0	50
Conhecimentos específicos da Lei Municipal nº 3389/03 e suas alterações impostas pelas Leis Municipais nº 4.070/09, 4.323/11, 4.461/13, 4.722/15.	10	4,0	40
Conhecimentos Gerais referentes ao ensino médio	05	2,0	10
TOTAL			100

6.1.2 Será aprovado o candidato que obter o mínimo de 50% de acertos entre conhecimentos específicos e gerais.

6.2. A Avaliação Psicológica verificará a aptidão psicológica para o exercício do cargo, terá caráter eliminatório e é composto por um conjunto de procedimentos objetivos e científicos reconhecidos como adequados nacionalmente.

6.2.1 A Avaliação Psicológica ocorrerá anteriormente a prova escrita e será aplicada por profissionais devidamente habilitados, em data a ser divulgada no ato da inscrição.

7. DO PROCESSO ELEITORAL

7.1 DA ELEIÇÃO

7.1.1. Os membros **suplentes** do Conselho Tutelar serão eleitos pelo voto secreto e direto do representante legal das entidades cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Igrejinha/RS (COMUDICA), em eleição realizada sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUDICA).

7.2 DOS ÓRGÃOS ELEITORAIS

7.2.1 A Comissão Especial Eleitoral instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUDICA) terá o papel de órgão executor.

7.2.2 Compete a Comissão Especial Eleitoral:

7.2.2.1 realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação vigente;

7.2.2.2 estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

7.2.2.3 analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

7.2.2.4 confeccionar as cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

7.2.2.5 escolher e divulgar os locais de votação;

7.2.2.6 selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

- 7.2.2.7 divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;
- 7.2.2.8 resolver os casos omissos.
- 7.2.3 Compete à Mesa Eleitoral:
 - 7.2.3.1 Receber os votos dos eleitores;
 - 7.2.3.2 Resolver os incidentes verificados durante os trabalhos de votação e da apuração, encaminhando à Comissão Especial Eleitoral as questões não resolvidas;
 - 7.2.3.3 Compor a Mesa Apuradora
- 7.2.4 Compete ao Presidente da Mesa Eleitoral:
 - 7.2.4.1 Presidir a Mesa Eleitoral de acordo com este Edital;
 - 7.2.4.2 Instalar a Mesa Eleitoral;
 - 7.2.4.3 Comunicar à Comissão Especial Eleitoral as ocorrências cuja solução desta depender.
- 7.2.5 Compete ao Secretário da Mesa Eleitoral:
 - 7.2.5.1 Lavrar a ata de sua Mesa Eleitoral;
 - 7.2.5.2 Executar todas as atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente da Mesa e, substituí-lo em seus impedimentos.
- 7.2.6 Compete ao Mesário Eleitoral:
 - 7.2.6.1 Auxiliar o Presidente e o Secretário no que for solicitado;
 - 7.2.6.2 Zelar pela observância dos procedimentos eleitorais.
- 7.2.7 Estão impedidos de compor as Mesas Eleitorais parentes até o primeiro grau, assim como os cônjuges, companheiros (as), sogros (as), genros, noras, cunhados durante o cunhado, tios, sobrinhos, padrastos e madrastas dos candidatos a Conselheiros Tutelares.
 - 7.2.7.1 O grau de parentesco de que trata o *caput* deste artigo será aferido mediante declaração dos membros da Mesa Eleitoral, colhidas no ato da sua instalação.
- 7.2.8 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUDICA), como órgão responsável pelo Pleito, é instância superior e final na via administrativa para julgar os recursos impetrados em face às decisões da Comissão Especial Eleitoral.
- 7.2.9 Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUDICA), como instância final, na via administrativa:
 - 7.2.9.1 Baixar normas e instruções que regulem o Processo Eleitoral e sua execução no que lhe compete;
 - 7.2.9.2 Processar e julgar em grau de recurso:
 - 7.2.9.2.1 processos decorrentes de impugnações das candidaturas;
 - 7.2.9.2.2 intercorrências durante o processo eleitoral;
 - 7.2.9.2.3 processos decorrentes de impugnações do resultado das eleições e demais casos decorrentes da inobservância das normas deste Edital.
 - 7.2.9.3 Publicar o calendário Eleitoral Suplementar da Eleição do Conselho Tutelar;
 - 7.2.9.4 Homologar os resultados finais da Eleição Suplementar do Conselho Tutelar;

8. DA IGUALDADE DE CONDIÇÕES AOS PARTICIPANTES DO PLEITO

- 8.1 Será assegurada a igualdade de condições aos candidatos que se registrarem para concorrer às eleições, garantindo-se e promovendo o direito de:
 - 8.1.1 divulgação do Pleito nos meios de comunicação dos quais o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possa dispor;
 - 8.1.2 promoção de debates, reuniões e outras atividades a fim de tornar conhecidos os candidatos e suas propostas, após prévia comunicação da Comissão Especial Eleitoral, aplicando-se a Legislação Eleitoral sobre o tema;
 - 8.1.3 a propaganda em vias e logradouros públicos obedecerá aos limites impostos pela legislação eleitoral e ao Código de Posturas do Município e garantirá sua utilização por todos os candidatos em igualdade de condições.

8.1.4 No processo de escolha dos membros suplentes do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, bonés, chaveiros, canetas e outros.

8.1.5 É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a “boca de urna” e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei n.º 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não caracterizem crime eleitoral, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas.

8.1.6 Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem.

8.1.7 Caberá à Comissão Especial Eleitoral ou, após a dissolução, à Plenária do COMUDICA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

8.1.8 Será assegurada a acessibilidade aos candidatos e eleitores com deficiência.

8.2 DO PERÍODO DA VOTAÇÃO

8.2.1 A votação para a escolha dos membros do Conselho Tutelar de Igrejinha, dar-se-á no dia 17 de dezembro de 2018, através de urna itinerante;

8.2.2 O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

8.2.2.1 uso de cédulas oficiais devidamente rubricadas por um membro da Comissão Especial Eleitoral, pelo Presidente e Mesário da respectiva Mesa Eleitoral;

8.2.2.2 empregos de urna que assegure a inviolabilidade do voto.

8.2.3 Para votar, será obrigatória a prévia identificação, através de documento que se refere o art. 4º desta Resolução.

8.3 DA CÉDULA OFICIAL

8.3.1 As cédulas deverão ser confeccionadas de maneira tal que, dobradas, resguardem o sigilo do voto.

8.3.2 As cédulas deverão ser impressas em papel de uma única cor.

8.3.3 DA ELEIÇÃO E DA VOTAÇÃO

8.3.4 Das mesas eleitorais e dos atos preparatórios da votação

8.3.5 A propaganda dos candidatos deverá encerrar-se 24 (vinte e quatro) horas antes da eleição, por qualquer meio de divulgação ou comunicação, não sendo permitidos faixas e cartazes próximos aos locais de votação, não sendo admitida “boca de urna” por ação de qualquer cidadão.

8.3.6 O recebimento dos votos terá início a partir da abertura até a hora prevista para o encerramento da votação.

9. DA APURAÇÃO

9.1 A apuração dos votos deverá ser centralizada em um único local, previamente divulgado pela Comissão Especial Eleitoral.

9.2 Os membros da Mesa Apuradora serão os mesmos da Mesa Eleitoral.

9.3 O Presidente da Comissão Especial Eleitoral determinará a abertura da apuração.

9.4 O Presidente da Mesa Apuradora verificará a inviolabilidade de sua urna e após, determinará a sua abertura, contará as cédulas, verificando se as mesmas coincidem com o número de votantes.

9.5 Na fase de apuração da urna eleitoral será permitido ingresso ao recinto apenas dos candidatos, os membros da Comissão Especial Eleitoral, equipe de apoio que a Comissão Especial Eleitoral previamente determinar o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUDICA) e representante do Ministério Público.

9.6 Não coincidindo o número de cédulas com o número de votantes, em uma determinada urna, será assegurada a recontagem dos votos, devendo ser registrada em ata as alterações.

9.7 Resolvidas as questões pela Mesa Apuradora, passar-se-á à apuração dos votos.

9.8 As cédulas, na medida em que forem sendo abertas, serão examinadas e lidas em voz alta por um dos componentes da Mesa.

9.9 Os votos serão computados como válidos brancos ou nulos.

9.10. Considerar-se-á voto válido aquele que estiver assinalado pelo eleitor em espaço próprio da cédula, de modo a expressar sua vontade;

9.10.1 Será considerado voto em branco aquele que não contiver manifestação do eleitor;

9.10.2 Serão nulas as cédulas que:

9.10.2.1 não corresponderem ao modelo oficial;

9.10.2.2 não estiverem devidamente rubricadas pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUDICA), Presidente da Mesa Eleitoral ou Secretário na sua ausência e Mesário;

9.10.3 contiverem expressões, frases ou sinais estranhos ao Processo Eleitoral ou não estiverem na forma que estabelece o § 1º deste artigo, e

9.10.3.1 Somente aos Membros das Mesas de Apuração será permitido o manuseio dos votos.

9.10.4 Terminada a apuração, o Secretário da Mesa lavrará a Ata dos Trabalhos, dela fazendo constar, além de outros dados que se tornarem necessários, o seguinte:

9.10.4.1 Indicação do dia, horário e local de abertura e de encerramento dos trabalhos de apuração;

9.10.5 nomes dos componentes da Mesa Apuradora e suas funções e nomes dos fiscais natos presentes no ato;

9.10.5.1 número de assinaturas constantes das folhas de votação e o número de votos encontrados na urna,

9.10.5.2 número de votos computados a cada candidato.

9.10.6 Encerrados os trabalhos de apuração dos votos e lavrada a respectiva Ata, caberá ao Presidente da Mesa de Apuração dos votos transmitir os resultados, por escrito, à Comissão Especial Eleitoral.

9.10.7 Encerrado o trabalho de todas as Mesas de Apuração, o Presidente da Comissão Especial Eleitoral pronunciará o resultado da apuração, declarará o encerramento dos trabalhos e providenciará a imediata lavratura da respectiva ata de encerramento que será assinada por ele, demais membros da Comissão, candidatos presentes, que assim desejarem Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUDICA) e representante do Ministério Público.

10. DAS IMPUGNAÇÕES

10.1 Além da impugnação de candidatura, prevista neste Edital, qualquer cidadão morador do município, no gozo de seus direitos políticos, poderá apresentar impugnação quanto ao processo de apuração e do resultado da eleição suplementar do Conselho Tutelar.

10.2 A impugnação será formulada a partir de representação ou denúncia, devidamente fundamentada, sob pena de indeferimento sumário e deverá ser apresentada por escrito à Comissão Especial Eleitoral, sendo vedado o anonimato (art. 5º, inciso IV da Constituição Federal), no prazo estabelecido no calendário eleitoral.

10.3 A Comissão Especial Eleitoral autuará o processo de impugnação por ordem numérica de entrada, e após a apreciação da representação ou denúncia, instruirá o processo com todos os documentos relacionados ao caso.

10.4 Após instruir o processo de impugnação, a Comissão Especial Eleitoral consultará a ata da respectiva Mesa Eleitoral.

10.5 Se os fatos apresentados forem estranhos à Comissão Especial Eleitoral, determinar-se-á, conforme o caso, diligências necessárias à elucidação dos fatos, garantindo-se o direito ao contraditório e a ampla defesa.

10.6 As oitivas das partes e testemunhas serão tomadas em audiência designada pela Comissão Especial Eleitoral, lavrando-se os termos de depoimentos e os trabalhos realizados no dia, em ata própria, que será assinada por todos os presentes.

10.7 A audiência será dirigida pelo Presidente da Comissão Especial Eleitoral.

10.8 Após o cumprimento do estabelecido neste Edital, a Comissão Especial Eleitoral elaborará um relatório dos fatos e da instrução, manifestando-se, ao final, através de parecer, sobre a procedência ou improcedência da representação ou denúncia que será encaminhado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUDICA).

10.9 Proferida a deliberação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUDICA), a Comissão Especial Eleitoral dará ciência às partes recorrentes, por escrito, mediante ofício.

11. DAS NULIDADES

11.1 Será considerada nula a urna da Mesa Eleitoral quando for apurado vício previsto neste Edital que comprometa sua legitimidade.

11.2 Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe deu causa.

12. DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 Concluído os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral lavrar-se-á a Ata respectiva que será encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUDICA), com o resultado final do Pleito.

12.2 Havendo empate na votação, será considerado como critério de desempate primeiramente o candidato com mais idade e se persistir o empate será considerado o candidato que comprovar maior experiência, em trabalhos com crianças através de documentos com firma reconhecida.

12.3 Com o resultado final do Pleito o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUDICA) providenciará a classificação dos candidatos, homologando a eleição, através de edital, cuja publicação se dará em jornal de circulação do Município.

12.4 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro (a) e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

12.5 Estende-se o impedimento do Conselheiro na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público em exercício na Comarca (art. 140, ECA).

13. DAS ATRIBUIÇÕES

São atribuições do Conselheiro Tutelar:

13.1– atender às crianças e adolescentes sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados;

13.2 – atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas em Lei;

13.3 – promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

13.3.1 requisitar serviços públicos no âmbito do Município, nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

13.3.2 representar junto à autoridade judicial nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

13.4 – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

13.5 – Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

13.6 – providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária quanto a:

13.6.1 encaminhamento de pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;

13.6.2 orientação, apoio e acompanhamento temporários;

13.6.3 matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

13.6.4 inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

13.6.5 inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

13.6.6 requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

13.6.7 abrigo em entidade;

13.6.8 colocação em família substituta.

13.7 – expedir notificações;

13.8 – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;

13.9 – assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

13.10 – representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no inciso II do § 3º do artigo 220 da Constituição da República de 1988;

13.11 – representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste edital implicará na exclusão do candidato ao Pleito.

14.2 Os casos omissos nesta Resolução serão dirimidos pela Comissão Especial Eleitoral e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUDICA).

Igrejinha, 22 de novembro de 2018.

**BIANCA STEGLEDER BAZZAN
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMUDICA**

